DESTAQUE

TRATATIVAS PARA INSTALAÇÃO DE PORTO SECO EM TANGARÁ ESTÃO BASTANTE ADIANTADAS

***ESTUDOS** estão acontecendo e ficam prontos em 60 dias*

FOTO: DIVULGAÇÃO

O PORTO SECO FACILITARÁ A EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

ROSI OLIVEIRA / REDAÇÃO DS

Levando em consideração a localização privilegiada que tem, Tangará da Serra está na iminência de receber a construção de um porto seco, que é um recinto alfandegado localizado em uma zona secundária, fora do porto principal. O estudo para a escolha foi realizado indicando que o município é um polo de produção e levando em consideração ser rodeado por mais 11 municípios limítrofes, dentre os quais quatro que somados com Tangará tem uma área de 501 mil hectares de pluma de algodão, que carece de exportação.

O porto seco é uma estrutura que facilita a exportação e importação, abrindo uma cadeia produtiva de atividades econômicas, gerando emprego e renda.

Caso a implantação se concretize, Tangará da Serra será a primeira cidade do estado a receber um porto seco.

> ***TANGARÁ DA SERRA SERÁ A PRIMEIRA CIDADE DO ESTADO A RECEBER UM PORTO SECO***

Para que a efetivação ocorra, alguns trâmites são necessários e alguns deles já foram inclusive vencidos como, por exemplo, a consulta para a instalação que deu mostra de que o município ambiciona receber a unidade com resposta maciça de interesse.

Com essa fase sanada, foi criada a Comissão de Estudo de Viabilidade que já está fazendo os levantamentos necessários. Os estudos têm o prazo de 60 dias e após isso será apresentado à 1ª Superintendência da Receita Federal da qual Tangará da Serra faz parte, uma vez que a mesma é composta por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás e Tocantins.

A comissão subsidiará o edital para que ocorra a licitação. A cargo da comissão está o de fazer levantamento de quanto e o que o município está exportando, além da prospecção para os próximos 20 anos em que a Receita Federal deverá fazer a concessão a uma empresa privada para gerir a unidade. À empresa caberá realizar a cada cinco anos uma série de requisitos. No primeiro a construção básica para início das atividades, em cinco anos deverá fazer mais 25%, em dez anos mais 50%, em quinze anos 75% e nos 20 anos deverá estar 100% alinhada.

A área em breve deverá ser disponibilizada pelo município e ficará a escolha da superintendência.

FOTO: DIVULGAÇÃO

FINANCIAR INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA BRASILEIRA

DESENVOLVIMENTO

Presidente sanciona criação de título de renda fixa para estimular indústria

***LIMITE DE EMISSÃO** da LCD será de R$ 10 bilhões anuais*

SABRINA CRAIDE / AGÊNCIA BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou na última sexta-feira, dia 26 de julho, a lei que cria a Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD). O título de renda fixa, sujeito a isenção tributária para pessoa física, tem o objetivo de financiar investimentos em infraestrutura na indústria brasileira.

A LCD poderá ser emitida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelos bancos de desenvolvimento autorizados pelo Banco Central, que poderão emitir até um limite de R$ 10 bilhões anuais com o papel. O projeto apresentado pelo governo federal que institui a LCD foi aprovado neste ano pelo Congresso Nacional.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, explicou que a LCD vem complementar dois outros títulos de crédito já existentes: a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), que também são emitidas pelo setor privado para financiar atividades nesses setores.

> ***ELA CONTEMPLA A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS E SERÁ EMITIDA PELOS BANCOS***

"Passamos a ter então a LCD, que é para o desenvolvimento. Ela contempla a indústria, comércio e serviços e será emitida pelos bancos de desenvolvimento. O principal é BNDES", disse.

Segundo Alckmin, a LCD vai estimular a venda dos títulos, porque, para pessoa física, o Imposto de Renda será zero em para pessoa jurídica, o imposto será reduzido de 25% para 15%.

"Esse benefício é diretamente para o tomador, nada para o banco. Então, o tomador do empréstimo, a indústria principalmente, mas também o comércio serviços, ele terá um crédito mais barato, provavelmente ficará entre 1% e 1,2% a 1,3% mais barato", disse Alckmin.